

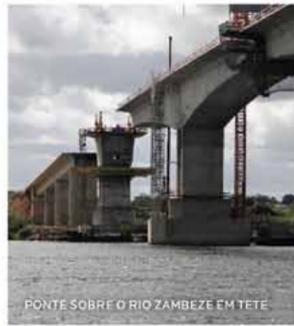


Conheça os novos desafios para o sector da energia

O sucesso de Moçambique vai passar muito pelo sector da energia. Mas a tarefa nos próximos meses não se avizinha nada fácil já que o novo Governo vai ter que lidar com dossiês complexos. Concorrência de outros países, negociações com as multinacionais, financiamento e definição de critérios de avaliação para seleccionar empresas moçambicanas são alguns dos desafios.



PONTE SOBRE O RIO ZAMBÉZE EM CAIA



PONTE SOBRE O RIO ZAMBÉZE EM TETE



EDIFÍCIO SEDE DO BANCO BCI EM MAPUTO



EPSILON 24, EM MAPUTO



XILUVA JARDIM EM MAPUTO



CONJUNTO HABITACIONAL NAS BARREIRAS DE MAPUTO



EDIFÍCIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DE MOÇAMBIQUE (MINAG), EM MAPUTO



EDIFÍCIO PLATINIUM, EM MAPUTO



MASTERPLAN E PLANOS DE URBANIZAÇÃO DA KATEMBE ESTRADA MAPUTO-KATEMBE-PONTA DO OURO

B | Betar

DESDE 1973 A PROJECTAR UM MUNDO MELHOR
NA VANGUARDA DA ENGENHARIA

Projectos Prediais
Projectos de Infra-Estruturas
Projectos de Obras de Arte e Túneis
Projectos Geotécnicos
Projectos Vários
Inspeção e Gestão de Obras de Arte
Planeamento e Fiscalização de Obras
Revisão e Coordenação de Projectos
Estudos de Impacto Ambiental e Social
Estudos de Viabilidade Técnica e Económica



REABILITAÇÃO DE PONTES NA LINHA DE RESSANO GARCIA, CFM E P.



FISCALIZAÇÃO DA CIRCULAR DE MAPUTO

B | MZ BETAR
Av. 25 de Setembro 1509, 4º - 5,
Maputo, Moçambique
+258 21 30 20 80
www.betar.pt

B | BETAR ESTUDOS
Av. Elias Garcia 53 - 2º Esq.,
1000-148 Lisboa, Portugal
+351 217 826 110
www.betar.pt

B | BETAR CONSULTORES
Av. Elias Garcia 53 - 2º Esq.,
1000-148 Lisboa, Portugal
+351 217 826 110
www.betar.pt

GEOTEST
Centro Empresarial
de Vialonga - Fracção D2
2625-607 Vialonga, Portugal
+351 219 738 690
www.geotest.pt

B | BTR.AO
R. Kwamne Nkrumah 31 1ºD,
Malanga, Luanda, Angola
+244 943 528 271
www.betar.pt

Editorial

Ter os pés bem assentes na terra

As esperanças para um desenvolvimento económico sustentado de Moçambique estão muito assentes no que existe, mas sobretudo no que se promete concretizar no sector da energia. Políticos, empresários, gestores, até o cidadão mais anónimo, acreditam num futuro promissor depois de ouvirem falar de milhões e milhões de dólares que o país pode gerar através dos seus recursos naturais. Celso Correia, líder da Insitec e um dos maiores empresários do País tem uma afirmação muito feliz e que espelha muito este sentimento que atravessa toda a sociedade. "O condutor da economia vai ser

o sector energético", afirmou recentemente numa entrevista. Mas a verdade, e como reza o ditado popular, é que "é necessário ter os pés bem assentes na terra", o país tem um logo e árduo caminho pela frente. Um caminho que consiste em transformar aquelas aspirações em realidade. Aliás, o sucesso

do novo Presidente da República e do seu Governo vai ser medido precisamente pela capacidade de gerir essas mesmas aspirações.

Este caderno gostaria de proporcionar a todos os leitores do O País uma visão daquilo que serão os desafios do novo Governo neste sector. Nem tudo será fácil mas isso, verdade seja dita, também é a razão de existir dos governos.

Mas também pretendemos proporcionar novos ângulos de leitura sobre algumas empresas que estão a investir em Moçambique, como são o caso da Anadarko e da Eni. Mas não só. A questão do financiamento dos projetos e da economia é outro dos temas abordados onde apresentamos as Parcerias Publico-Privadas como uma das ferramentas que podem ajudar a ultrapassar este atual constrangimento.

Explicamos como é que a nova Lei do Petróleo pode ajudar a dinamizar as empresas de capitais nacionais, bem como deixamos o desafio de que critérios, ou melhor, que bateria de indicadores, o Estado vai definir para eleger determinadas empresas em detrimento de outras.

Entre outros temas, não podemos deixar de destacar a entrevista com Miquelina Menezes, que está à frente do FUNAE - Fundo de Energia. Trata-se de uma estrutura pública que tem como missão central apoiar e desenvolver as energias renováveis, sobretudo em regiões mais remotas do país. Um país

que fala de milhões tem de assegurar também electricidade para todos e é este trabalho da FUNAE. Um trabalho de anos, mas consistente e que merece a atenção de todos os empresários, porque a maioria dos projetos podem ser viáveis economicamente.



Índice

Energia: os desafios do novo Governo	4 e 5
Claudio Descalzi conhece bem Moçambique e Al Walker quer transformar a companhia	6
Conheça os grandes investimentos no sector da energia	8 e 10
Opinião de Paula Duarte Rocha, Advogada da Mozambique Legal Circle Advogados	11
Dinheiro para a economia não vai ser fácil	12
Entrevista a Octávio Mutemba, Director Coordenador Adjunto do Moza Banco	15
Entrevista a Erasmo Biosse, Director de Eficiência Energética da EDM	16 e 17
Governo dá primeiro passo para PME entrarem na energia	18 e 19
Entrevista a Miquelina Menezes, Presidente do conselho de Administração do FUNAE	20
Conheça três projectos de energias renováveis	22

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Grupo Soico. **Presidente do Conselho de Administração:** Daniel David. **Administrador de Novos Negócios:** Dailton Fonseca. **Direcção Editorial:** Cristiana Pereira. **Coordenação:** António Albuquerque. **Direcção Comercial:** Maria do Carmo Santos. **Publicidade:** Lúcia David, Rosário Pires. **Fotografia:** Roberto Paquete, Sérgio Manjate. **Criação e Arte:** António Xerinda.

Grupo Soico
Rua Timor Leste, 108
Baixa - Maputo
Tel: (+258) 213 541 00
Cel: (+258) 826 435 265



Energia: os desafios do novo Governo

Concorrência de outros países, negociações com as multinacionais, financiamento e definição de critérios de avaliação para seleccionar empresas moçambicanas são alguns dos desafios do novo Governo para o sector da energia.

António de Albuquerque

As eleições presidenciais estão aí à porta, com data marcada no próximo dia 15 de outubro, e a tarefa do novo executivo que será escolhido pelo próximo Presidente da República não se avizinha nada fácil para o sector da energia. É que Moçambique possui cerca de 200 trilhões de pés cúbicos (tcf) de gás natural confirmados recentemente pelas companhias que estão a operar no país, como a Anadarko e Eni. Acresce que aquelas reservas colocam o País cada vez mais na lista de potenciais grandes produtores de gás natural do mundo.

O País foi falar com economistas e advogados sobre os “trabalhos” que o novo Governo terá de ultrapassar na próxima legislatura e todos são unânimes em afirmar: “transformar as descobertas de recursos naturais em benefícios económicos e sociais do País”.

Arlindo Guilamba, advogado e sócio fundador da AG Advogados, quando questionado sobre este tema, não hesita em colocar um acento tónico na capacidade do País em concretizar várias infraestruturas essenciais para o sector. “Os principais desafios do novo Governo deverão centrar-se na criação das infra-estruturas necessárias para o sector do gás, pois só assim o país poderá beneficiar dos vastos recursos naturais”, diz o advogado. E quando perguntado sobre os avultados recursos financeiros para a concretização das referidas infraestruturas, avança com o importante “papel

“A recente aprovação da nova Lei dos Petróleos e o entendimento com o principal partido da oposição vieram trazer segurança tanto no plano jurídico como político”

que as parcerias público-privadas poderão vir a assumir neste processo, principalmente numa fase inicial em que o Estado ainda não aúfere, através da cobrança de impostos, das quantias necessárias para criar estas infraestruturas.”

Hugo Preto, director sénior da Accenture Moçambique, questionado sobre os desafios, não deixa de enquadrá-los num contexto de globalização das economias. Para o responsável da casa de consultadoria, o projecto de Gás Natural Liquefeito (LNG) - que consiste em transformar gás natural em estado líquido por meio da redução da sua temperatura, e desta forma possibilitar o seu transporte - tem de ter em conta “outras iniciativas similares desenvolvidas noutras geografias e que vão aumentar a capacidade de oferta no mercado global”. Segundo algumas estimativas das com-

panhias, o investimento total pode variar entre quatro e cinco mil milhões de dólares para o terminal flutuante a instalar em alto mar e que terá uma capacidade de produção de 2,5 milhões de toneladas de gás. E mais cinco a sete mil milhões de dólares para a construção do terminal em terra. Adicionalmente as estimativas de cotações para o gás não estão famosas para os investidores e outros países, como a Suazilândia, estão a competir para receberem este tipo de investimentos.

Perante este cenário perguntámos de imediato se a nova Lei do Petróleo, aprovada em agosto último, facilitaria a construção da plataforma de LNG tendo em atenção que foi criada a nova figura de “contratos de concessão de infraestruturas”.

“É verdade que a nova lei facilita esta plataforma, desde logo ao prever um novo tipo de contrato de concessão, que é o contrato de construção e operação de infraestruturas”, afirma Arlindo Guilamba. Uma opinião partilhada por Hugo Preto que diz: “sendo o projecto de LNG fundamental para o País a nova lei acaba por ser um passo fundamental a todo este processo”.

Fabírcia Henriques, advogada da Mozambique Legal Circle Advogados sobre a nova Lei dos Petróleos enaltece o esforço das autoridades num regime mais transparente e que bebeu muito de regimes com situações idênticas à moçambicana, como caso do Brasil e Angola. Mas não deixa de reflectir que o “sucesso deste novo enquadramento legal vai também depender muito da futura

regulamentação, afirma a advogada. Aliás, dá mesmo um exemplo que se prende com o envolvimento das empresas moçambicanas. “Só depois de ser conhecida a regulamentação desta questão poderemos avaliar os bons princípios agora inscritos na lei. Teremos que ver os critérios de operacionalidade desta questão já que está em causa a competitividade das empresas”, sentencia a advogada (ler texto ao lado).

Aliás, Arlindo Guilamba não deixa de sublinhar o trabalho já desenvolvido pelo atual executivo afirmando mesmo que o “novo Governo terá de certo modo a tarefa facilitada neste sector”. Justificando precisamente com a “recente aprovação da nova Lei dos Petróleos e o entendimento com o principal partido da oposição que vieram trazer segurança, tanto no plano jurídico como político”.

Todavia Hugo Preto esfria algum entusiasmo relativamente à nova lei, concretamente sobre como vão reagir as grandes multinacionais. “No decorrer dos próximos meses vamos seguramente assistir a decisões adicionais. Estão nesse lote e a título exemplificativo a aceitação das bases contratuais sobre as quais a exploração vai efectivamente ser realizada e posteriormente a própria decisão final de investimento que os operadores terão de definir. Esses passos terão de ser dados numa “janela temporal” relativamente curta, sob pena de terem dois efeitos: atraso de calendário e potencial perda de atratividade do gás natural moçambicano no mercado global”.



Fabírcia Henriques, advogada

“O sucesso deste novo enquadramento legal vai também depender muito da futura regulamentação.”



Arlindo Guilamba, advogado

“Os principais desafios do novo Governo deverão centrar-se na criação das infra-estruturas necessárias para o sector do gás.”



Hugo Preto, economista

“No decorrer dos próximos meses vamos seguramente assistir a decisões adicionais.”

Governo quer empresas moçambicanas envolvidas nos grandes projectos

Com a revisão da Lei do Petróleo, as empresas de capitais nacionais têm acesso a envolver-se nos grandes projectos - um passo que os analistas consideram “natural”.

Ao longo dos últimos anos, os empresários moçambicanos reclamavam junto do Governo oportunidades para as suas empresas neste sector, como forma de reforçar a competitividade das empresas e assim gerar mais riqueza para o país. Sensível aos argumentos, o Governo deu o primeiro passo ao inscrever na nova Lei do Petróleo a possibilidade das empresas de capitais nacionais envolverem-se nos grandes projectos do sector. Uma decisão que acolhe a unanimidade. Arlindo Guilamba considera mesmo que esta decisão “traduz-se numa grande preocupação pela salvaguarda do interesse nacional” e Hugo Preto afirma que “é uma decisão absolutamente natural na história dos eventos desta indústria e que outras nações também têm seguido”.

Para o advogado, esta decisão do Governo, a par da “protecção das empresas moçambicanas que pretendam concorrer a direitos de concessão também as empresas que forneçam bens ou serviços ao sector petrolífero foram alvo de um favorecimento, ao ser atribuído um direito de preferência aos produtos e serviços locais”. Mas Arlindo Guilamba não fica por aqui na defesa da iniciativa legislativa ao identificar outras vantagens. Pois em causa está também, segundo ao advogado a “canalização de uma parte dos recursos petrolíferos para a indústria transformadora moçambicana”, bem como a descriminação positiva dos “cidadãos moçambicanos que residem na área de concessão, que gozam de preferência no momento da contratação de trabalhadores para operar nestes projectos”.

Apesar da concordância, o responsável da Accenture coloca também a questão do ponto de vista concorrencial. Ou seja, que critérios estarão na base da selecção das empresas. “Esta ideia de desenvolvimento deve ser sempre equilibrada com a noção de eficiência, isto é, tem de haver a consciência de que para que o desenvolvimento nacional possa beneficiar do investimento e actividades da indústria, em primeiro lugar é fundamental garantir que a competitividade e eficiência dessa Indústria existem de facto. Se apenas for considerada uma das partes desta equação, os objectivos não serão seguramente atingidos”, concluiu o economista.



PUB



PRF GÁS DE MOÇAMBIQUE, LDA

- Redes de Gás Industrial e Doméstico
- Gás Canalizado
- Manutenção e Assistência Técnica
- Postos Abastecimento Gás para Veículos
- Projectos e Licenciamentos



PRF-GÁS DE MOÇAMBIQUE, LDA
Bairro do Tchumene II - Parcela 3380/21/A

Matola - Moçambique

Tel/fax: +258 21 902397 | Tlm: +258 847 683 972 | www.prf-mz.com



Al Walker, CEO da Anadarko

Al Walker quer transformar a Anadarko

A multinacional Anadarko não é uma companhia da dimensão de uma Exxon Mobil ou da Royal Dutch Shell que superam em 30 vezes a facturação da empresa liderada por Al Walker. Mas a estratégia para ganhar competitividade é ousada e passa por Moçambique. Aliás, Al Walker, CEO da empresa Americana ainda recentemente afirmou: “we believe, as we go into the next decade, Mozambique will emerge as the third-largest exporter of LNG in the world.” O homem forte da empresa acredita que Moçambique, na próxima década irá deter a terceira maior reserva de gás do mundo. E não são só palavras já que os investimentos realizados no país são de tal dimensão só comparados com as companhias líderes do sector. A empresa tem um valor de mercado perto dos 55 mil milhões de dólares o que compara com pouco mais de 15 mil milhões de dólares que são a riqueza produzida por Moçambique. Al Walker quer que a Anadarko seja a primeira petrolífera americana da sua dimensão a explorar, liquefazer e exportar gás. Em termos de investimento, o projecto em Moçambique já obrigou a companhia a investir mais de mil milhões de dólares. Um dos volumes de investimento mais significativos do mundo neste sector, concretamente em transformar descobertas em energia comercializável. Mas a empresa não quer ficar por aqui já com os potenciais consumidores tão longe de Moçambique, nomeadamente na Ásia a empresa está interessada em construir uma plataforma de gás liquefeito (uma espécie de um frigorífico gigante para resfriar o gás à temperatura da lua). O processo de transformar gás em estado líquido permitira o transporte em tanques refrigerados pelo mar.



Claudio Descalzi, CEO da ENI

Claudio Descalzi conhece bem Moçambique

Foi nos Estados Unidos da América (EUA), num evento sobre recursos energéticos, em terras do Texas, que Paolo Scaroni, administrador-delegado da companhia italiana ENI afirmou que o gás moçambicano estará apto para ser comercializado entre finais de 2018 e 2019. A ENI, que descobriu elevadas quantidades de gás natural na Bacia do Rovuma, em consórcio com a portuguesa Galp e a sul-coreana Kogas, está actualmente empenhada na construção de infra-estruturas de transporte de Gás Natural Liquefeito (GNL), através da modernização do Porto de Pemba e a construção do Porto de Palma, na província de Cabo Delgado, norte do país. Um facto que não será alheio à nova orientação estratégica do novo responsável máximo pela maior empresa italiana, Claudio Descalzi. O novo CEO, que tomou posse em Maio último, está a acelerar cortes de custos e alienações para focar a companhia em seu principal negócio de petróleo e gás. “Nós tivemos que reagir e mudar a nossa cultura” para enfrentar os desafios crescentes, disse Descalzi num recente encontro com analistas para dar conta da nova estratégia. A empresa pretende cortar em custos qualquer coisa como 1,7 mil milhões de euros e arrecadar cerca de 11 mil milhões de euros com alienações. Números verdadeiramente estratosféricos. Aliás, o homem forte da companhia conhece bem Moçambique já que foi o próprio que supervisionou maior descoberta de gás natural da empresa no país como chefe de exploração e de produção. Um facto que para muitos analistas considerarem que está numa posição privilegiada para orientar Eni em direcção a um foco mais nítido em petróleo e gás.

ÚNICO EMPRESAS

QUEM É ÚNICO EXIGE DEDICAÇÃO E DISPONIBILIDADE.



CONHECER TODOS OS LADOS DO SEU NEGÓCIO MUDA TUDO

Gerir uma empresa com sucesso requer a máxima dedicação e capacidade para estar à altura das exigências do mercado. No Banco Único encontra uma equipa sempre disponível e serviços dedicados para o apoiar em todos os lados do seu negócio. Ter o parceiro certo do seu lado muda tudo.

Fale connosco para criarmos em conjunto a sua solução Único Empresa.

www.bancounico.co.mz

ÚNICO
Ser único muda tudo.

PUB

facebook.com/Tropigalia www.tropigalia.co.mz

Conheça os grandes investimentos no sector da energia

Moçambique já concretizou grandes projectos na área da energia e outros avizinham-se. Serão investidos milhões de dólares que terão um efeito de arrastamento na economia. Conheça dois que já foram construídos e outros tantos que estão previstos.

HCB o orgulho nacional



Localizada sobre o rio Zambeze, na província de Tete, a barragem de Cahora Bassa é motivo de orgulho nacional. Erguendo-se a 171 metros de altura por 303 metros de largura e equipada com cinco turbinas com uma potência de 415 megawatts, a represa é comparável à de Hoover, nos EUA, tanto em tamanho como em capacidade de geração eléctrica. O projecto foi concebido numa lógica

de exportação. A barragem possui uma capacidade de geração eléctrica máxima que ronda os 2 mil megawatts, excedendo amplamente a procura eléctrica de todo o país na altura em que a obra começou. À época, foi assinado um acordo de abastecimento eléctrico entre os governos de Portugal e da África do Sul, e o projeto integrava a construção de 1.400 km em linhas de transmissão ligando

Cahora Bassa à África do Sul. Foram precisos quase dez anos para se completar e Cahora Bassa alcançou a sua capacidade máxima em 1979, mas a linha de transmissão foi destruída em 1980 em plena guerra civil, e o contrato de exportação com a África do Sul foi suspenso.

Após a guerra civil, extensas obras de reparação foram levadas a cabo entre 1995 e 1997, e a totalidade da capa-

cidade de transmissão energética foi restabelecida em 1998. "Cahora Bassa é nossa!" declarava o Presidente da República, Armando Guebuza, quando o Governo de Moçambique adquiriu uma quota maioritária da barragem em 2007. A barragem de Cahora Bassa começou a ser construída em 1969, ainda durante o período colonial português.

Ncondezi aposta numa central térmica

A multinacional britânica, Ncondezi Coal anunciou a intenção de construir uma central térmica com o objectivo de fornecer electricidade, não só às operações mineiras (principal negócio da empresa), como para reforçar o abastecimento da rede eléctrica de Moçambique e da África do Sul. As obras de construção da central térmica que será alimentada a carvão mineral na região norte do distrito de Moatize, província de Tete. O

projecto integrado de mina de carvão e de uma central térmica será desenvolvido por fases de 300 megawatts cada até atingir 1800 megawatts, estando previsto que a construção se inicie em 2017 e a actividade comercial um ano mais tarde. A construção da central será próximo da mina e a aproximadamente 95 quilómetros da linha de transmissão de energia eléctrica da rede nacional da Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB). A mina

de carvão da Ncondezi Coal Company localiza-se a cerca de 25 quilómetros da linha de caminho-de-ferro de Sena, que termina na vila de Moatize, e nela serão extraídos dois tipos de carvão térmico considerados ideais para os mercados da Ásia e que são comparáveis aos tipos de referência internacional, nomeadamente carvão de alta cinza de Newcastle Austrália e mistura de Shanxi, na China. Refira-se ainda que

a empresa britânica assinou um contrato com a estatal Electricidade de Moçambique (EdM) para a compra e transmissão de energia eléctrica produzida na central. Nos termos do acordo, que estabelece tarifas e outras condições, a Electricidade de Moçambique comprará os 300 megawatts de energia eléctrica a serem produzidos durante a primeira fase do projecto por um período de 25 anos.

NOVO RUMO NA SATISFAÇÃO DO CLIENTE.



COMERCIALIZAMOS PRODUTOS PARA OS MAIS DIVERSOS SEGMENTO DE MERCADO, COM QUALIDADE E TECNOLOGIA RECONHECIDA.

Estamos presentes no seu dia-a-dia, com produtos petrolíferos e seus derivados, que respondem às suas necessidades de mobilidade, conforto e eficiência.

A nossa longa experiência, aliada a nossa capacidade de inovação, garantem a qualidade dos nossos produtos e serviços, que se enquadram nos mais elevados padrões de qualidade, segurança e respeito ambiental.


petromoc
Sempre Presente

Sasol foi a primeira no gás



Os campos de gás de Pande – Temane, na província de Inhambane, explorados pela empresa de energia sul-africana Sasol, são a única fonte de gás natural em Moçambique. O gás foi descoberto pela primeira vez em Pande, em 1961, mas só em meados da década de 1990 é

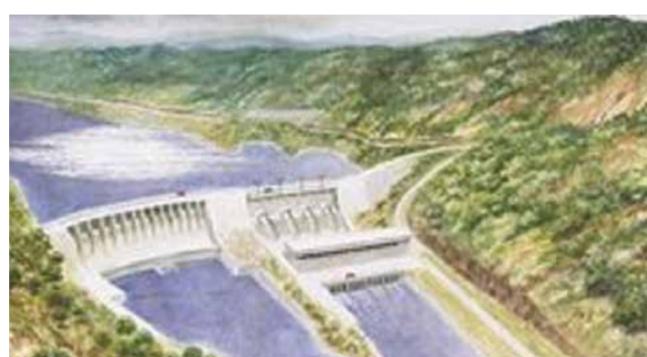
que a produção comercial se tornou uma opção séria. A exploração bem-sucedida levou a Sasol a propor um gasoduto do campo de gás em Inhambane para as suas instalações petroquímicas em Secunda, África do Sul. Em Fevereiro de 2004, o gás começou a fluir através do

gasoduto de 860 km, para as instalações da Sasol em Secunda, na África do Sul. Em 2007, a Sasol propôs uma expansão de 400 milhões de dólares do projecto de Pande e Temane, aumentando a capacidade de produção da instalação de processamento central em 50%, dos

originais 120 milhões de giga-joules (mGJ) para 183 mGJ até 2016. A companhia, ao contrário do projecto inicial que tinha como único destino o mercado sul-africano já assumiu que um quarto do gás destina-se ao mercado moçambicano.

Barragem de Mphanda Nkuwa

Uma segunda barragem no rio Zambeze para produzir energia, a poucos quilómetros de Cahora Bassa, com um investimento de 1,75 mil milhões de euros, neste momento está em 'stand by'. Nem as empresas que formam o consórcio, nem as instituições públicas querem falar sobre o projecto que estima a duplicação da produção de electricidade do país. A barragem, Mphanda Nkuwa, deverá ser construída pela construtora brasileira Camargo Corrêa. Está previsto um investimento, um dos maiores em Moçambique nos próximos anos, 2,4 mil milhões de dólares e um processo de construção de seis anos. A primeira das quatro turbinas, de 350 megawatts cada,



entra em operação ao fim de 50 meses após o início da construção segundo o projecto da HNMMK, empresa que vai construir a barragem e que é formada pela Camargo Corrêa e pelas moçambicanas EDM (electricidade) e INSI-TEC, o maior grupo privado de Moçambique. Ao todo, a barragem de Mphanda Nkuwa vai produzir, numa primeira fase, 1.500 megawatts de energia, 20% dos quais para Moçambique e o restante para exportar. Mphanda Nkuwa será o maior investimento em África da Camargo Corrêa, que é a maior construtora de hidroeléctricas do mundo e a responsável, entre outras, pela barragem de Itaipu, no rio Paraná, com uma capacidade de produção de 1.400 megawatts.



Paula Duarte Rocha
Mozambique Legal Circle
Advogados

Desenvolvimento e financiamento dos "mega-projectos" em Moçambique

Moçambique é actualmente um dos países com maior crescimento económico ao nível da África Subsaariana. Depois de ter registado um aumento de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2013, prevê-se um crescimento de 8,5% em 2014, e 8,2% em 2015. A implementação de projectos de exploração mineira, o nível de investimentos na prospecção e exploração na indústria de *oil & gas*, associados à implementação de grandes projectos de infra-estruturas são apontados como os grandes suportes para este crescimento positivo.

O papel do Estado no incentivo e promoção de condições favoráveis para a dinamização deste crescimento económico tem sido considerável, mormente no que concerne ao desenvolvimento de pacotes legislativos que têm vindo a permitir uma diminuição dos constrangimentos que dificultam o investimento estrangeiro no país, em paralelo com estratégias que visam o impulsionamento do empresariado nacional, paulatinamente acomodando uma melhor distribuição da riqueza.

A legislação que regula as parcerias público-privadas (PPP) destaca-se neste contexto, viabilizando a implementação de projectos pelo sector privado que, em função dos avultados recursos envolvidos, dificilmente seriam implementados apenas pelo Estado. Alguns conceitos como a manutenção da propriedade do Estado, partilha de riscos (empresariais e políticos, financeiros e ambientais, de impacto ambiental, entre outros), partilha de benefícios financeiros e socioeconómicos, comparticipação no financiamento, prestação de garantias financeiras ou concessão de subsídios ou compensação pelo Estado tornam, à partida, este modelo de investimento em Moçambique bastante atractivo.

Como qualquer nova realidade, claro está que a aplicação e materialização destes conceitos (e de outros associados ao investimento em projectos sob a forma de PPP) nem sempre tem sido linear ou permite, de facto, uma repartição equitativa dos riscos e/ou partilha de benefícios, especialmente do ponto de vista do investidor privado.

Especificamente, no contexto do financiamento dos projectos de PPP e prestação de garantias, a mobilização dos fundos necessários ao investimento associado ao objecto da PPP é, regra geral, "tarefa" exclusiva do parceiro privado, bem como o respectivo custo e riscos associados à sua recuperação. O modelo de financiamento em regime de *Project Finance* leva sempre à criação de uma *Special Purpose Vehicle* (SPV), com participação maioritária do parceiro privado na respectiva estrutura de capital, competindo-lhe a angariação e assunção do financiamento, garantido, à partida, através de recursos também do parceiro privado.

Com o apporto do parceiro público a ser não mensurável ou quantificável, essencialmente traduzido em contributos não remuneráveis, como subsídios e activos não oneráveis (como é o caso do direito de uso e aproveitamento da terra).

Ora, este modelo de financiamento – *Project Finance* – obriga à remuneração das entidades financiadoras e ao reembolso dos fundos por elas aportados de acordo com um calendário pré-estabelecido, independentemente do desempenho do contrato de PPP e da SPV, sendo, portanto, expectável

que afectem a "bancabilidade" do projecto de PPP. É ao parceiro privado que cabe a mitigação de qualquer risco, suportando igualmente as consequências financeiras.

Em caso, por exemplo, da ocorrência que provoque danos na economia do projecto de PPP, é o parceiro privado quem mantém toda a responsabilidade nos termos do modelo de financiamento do projecto de PPP.

Sem dúvida, a intenção do nosso legislador foi tentar a prevenção, repartição e partilha de riscos provenientes da con-

tratação em empreendimentos de PPP. Porém, a realidade prática do desenvolvimento deste tipo de empreendimento coloca ainda constrangimentos à materialização eficaz daqueles conceitos na esfera jurídica do parceiro privado.

A sujeição a este (e outro) tipo de fragilidade pelo parceiro privado deve ser, o quanto antes, reconhecida pelo Estado, assim conseguindo uma modalidade de investimento mais atractiva, e permitindo uma melhor concretização deste tipo de projectos pelo sector privado.

CONSULTORES DE ENGENHARIA E AMBIENTE



COBA

Aproveitamentos Hidráulicos
Produção e Transporte de Energia Eléctrica
Planeamento de Recursos Hídricos
Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais e Pluviais
Infra-estruturas Rodoviárias, Ferroviárias e Aeroportuárias
Túneis e Estruturas Geotécnicas
Ambiente
Agricultura e Desenvolvimento Rural
Cartografia e Cadastro
Controle de Segurança e Reabilitação de Obras
Gestão e Fiscalização de Empreendimentos

MOÇAMBIQUE

Centro de Escritórios. Pestana Rovuma Hotel.
Rua da Sé nº114, 4º Andar - 401 A. MAPUTO
Tel.: (258) 21 328 813, Fax: (258) 21 016 165
Tlm: (258) 820 047 454, E-mail: coba.mz@gmail.com

PORTUGAL

Av. 5 de Outubro, 323, 1649-011 LISBOA,
Tel.: (351) 21 0125000, 21 7925000
Fax: (351) 21 7970348, E-mail: coba@coba.pt
www.coba.pt



Dinheiro para a economia não vai ser fácil

Estado e empresas vão continuar a ter restrições no acesso ao financiamento e o seu preço vai continuar elevado. A banca defende-se apontando baterias ao Banco Central, o Banco de Moçambique e à fraca poupança nacional

Tudo indica que um dos problemas que a economia Moçambicana vai continuar a enfrentar prende-se com o acesso a financiamento. Um problema tanto para o Estado que pretende reforçar os seus investimentos em infra-estruturas e no apoio social como para as empresas que querem investir e criar riqueza. Aliás, um tema documentado no último relatório do fundo Monetário Internacional, intitulado “Moçambique em Ascensão - Construir um novo dia” e que teve a francesa, Doris Ross como coordenadora.

O Estado só tem duas hipóteses para concretizar investimentos. Pela via já secular, através de um aumento de impostos o que parece improvável de acontecer dadas as expectativas da sociedade quanto ao crescimento da economia ou recorrendo ao endividamento externo. Claro que melhorias de eficiência e de eficácia da máquina fiscal permitiriam melhorar muito o volume de impostos arrecadados. Uma solução que as autoridades moçambicanas estão há muito a trabalhar mas que necessita de avanços mais significativos, num processo que é lento e que nunca tem fim. O endividamento externo também tem limites como muitos países da zona euro, como Portugal o podem demonstrar. Aliás, Moçambique ganhou uma nova vida

quando lhe foi concedida uma redução da dívida ao abrigo das iniciativas HIPC e MDRI, que reduziu o serviço da dívida e criou uma folga orçamental de 12% do PIB no período 2001-10. Embora os níveis de endividamento tenham voltado a subir desde então. O endividamento externo por parte do Estado ou de bancos só vai ser possível enquanto os credores acreditarem que o país tem condições para pagar. E como se sabe é difícil definir qual é o montante o qual existe confiança e aquele que deixa de existir o que obriga as autoridades moçambicanas agirem com muita prudência. Talvez por isto, a aposta dos governos tenha sido no investimento estrangeiro que permita gerar mais riqueza e como tal arrecadar mais impostos. As grandes multinacionais que estão apostar nos mega-projectos são exemplo disso mesmo. São os próprios analistas dos grandes bancos de investimento que em diversos ‘research’ destacam as dificuldades de Moçambique no acesso ao crédito devido à sustentabilidade da sua dívida, onde os projectos de exploração de gás poderão vir a ser desenvolvidos sem que o país seja chamado a entrar com dinheiro nos mesmos, uma vez que as cláusulas contratuais definidas entre o Governo moçambicano e as multinacionais prevêm a possibilidade de pagamento em género.

PME preocupadas

Mas todo o universo de Pequenas e Médias Empresas (PME) debate-se com escassez de crédito e com um custo que inviabiliza muitos projectos. Por isso são muitos os empresários que se queixam dos bancos que chegam a cobrar taxas na ordem dos 20%. E a banca por seu turno, defende-se apontando baterias ao Banco Central, o Banco de Moçambique e à fraca poupança nacional. Neste ponto tem havido convergência entre empresários e o poder político. O primeiro-ministro, Alberto Vaquina, bem como muitos ministros com pastas económicas não se têm eximido em criticar os bancos por não facilitarem o financiamento às PME, bem como a jovens e a funcionários do Estado. O primeiro-ministro chegou mesmo a pressionar os bancos a criarem pacotes atractivos de habitação alinhados com os rendimentos médios do país. Para muitos empresários, gestores e economistas a solução vai passar pela ligação entre os mega-projectos e as PME. Isto porque dada a especificidade, complexidade e enormes recursos financeiros necessários a este tipo de projectos, as PME’s só poderão estar aptas a responder às correspondentes exigências e solicitações inerentes aos mesmos se se associarem a empresas internacionais detentoras de ‘know how’ e

de recurso humanos com reconhecida capacidade técnica e de gestão nestas áreas, os quais, pela sua experiência, garantem à partida não só o desenvolvimento, a execução e a posterior implementação destes projectos, como também os investimentos necessários à execução dos mesmos. Uma coisa é certa: Impostos, endividamento, investimento estrangeiro e PME são verdadeiros ingredientes de uma ementa que o novo executivo terá que manusear com todo o cuidado.

PPP podem contribuir para ajudar à solução

Recentemente, o executivo aprovou legislação referente às designadas parcerias público-privadas (“PPP”) permitindo desta forma viabilizar projectos pelo sector privado (ler texto ao lado). Mas também esta fórmula que consiste basicamente, os privados substituírem-se ao Estado em investimentos pesados em troca de uma renda anual também acarreta perigos. Simples de explicar recorrendo a um exemplo: um copo de vinho, por dia, faz bem à saúde mas se bebermos um garrafão O mesmo se passa com as PPP’s. Aliás, existe um problema adicional que se tem registado um pouco por todo o mundo: os privados são melhores negociadores do que o Estado.



COMEMORANDO UMA DÉCADA DE PARCERIAS

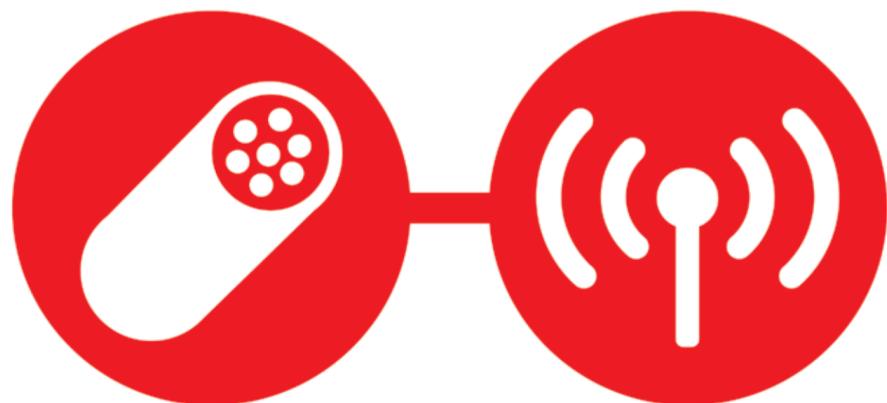
Estamos orgulhosos da nossa trajetória de uma década ou do facto de estarmos a acrescentar valor em Moçambique. Como pioneira na monetização dos campos de gás de Pande e Temane, que estimulou o desenvolvimento da indústria de gás local, a SASOL tem ajudado a aumentar a base tributária do país e a impulsionar o desenvolvimento socioeconómico.

A Sasol, tem vindo a inspirar as comunidades e a promover o desenvolvimento de habilidades, a nível local. À medida que continuamos a expandir as nossas operações na região, estamos a abrir o caminho para uma parcela de crescimento ainda maior, no futuro.

JUNTOS, PROPORCIONANDO O CRESCIMENTO DE MOÇAMBIQUE.

www.sasol.com





A Vodacom Business é uma ligação dedicada para a sua empresa

Ligue a sua empresa à rede global de negócios com as nossas soluções completas de comunicação. Com a Vodacom Business as suas comunicações estão em boas mãos.

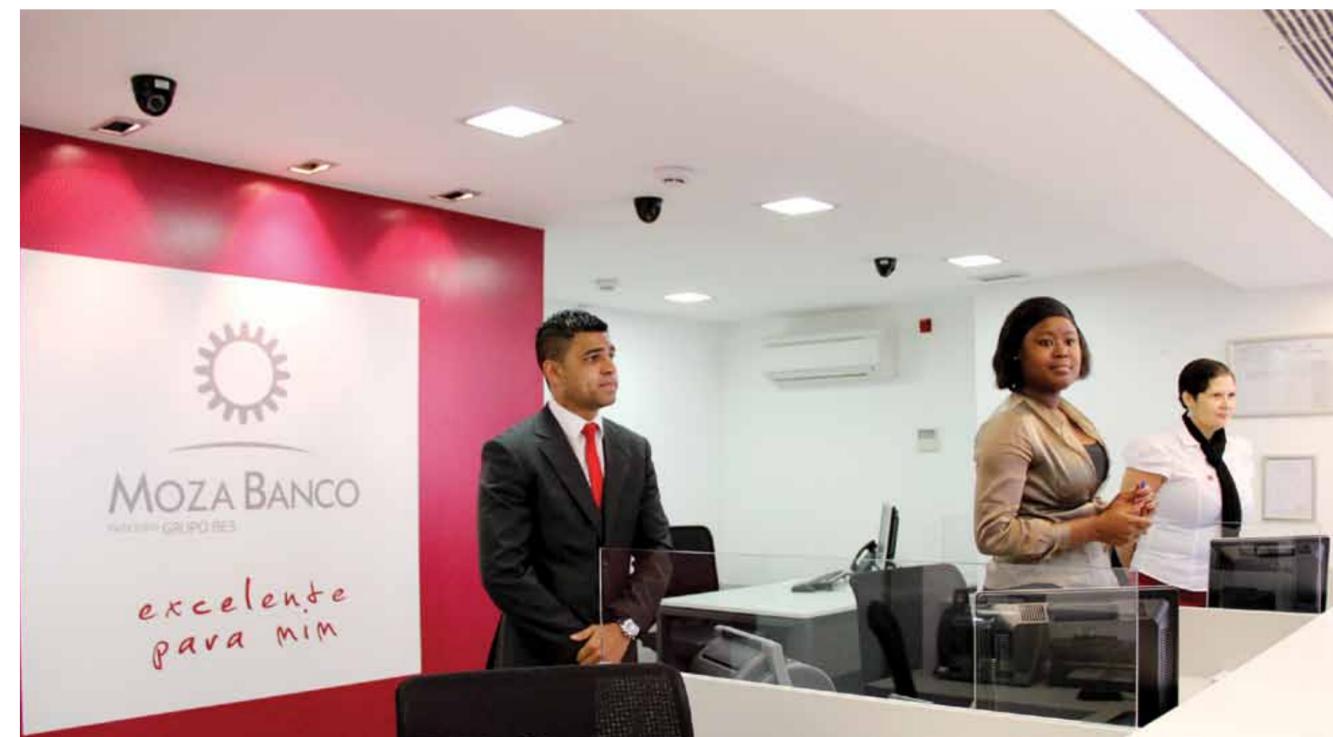
sales-vb-mz@vm.co.mz

Vodacom
Tudobom pra ti



“Estamos focados no interface entre os grandes projectos e as PME”

Octávio Mutemba, Director Coordenador Adjunto do Moza Banco, é peremptório em afirmar que o Banco está concentrado em apoiar o segmento particular das PME para facilitar as ligações entre as empresas nacionais e os mega-projectos.



Qual tem sido a estratégia para o segmento das PME?

O banco tem vindo a estruturar-se com vista a ser um grande parceiro de negócio das pequenas e médias empresas. Além do reforço da sua presença física em todo o país e disponibilização de linhas de crédito, temos vindo a aumentar a gama de oferta de produtos, para este segmento em específico de empresas. Temos também assinado protocolos de parcerias com diversas instituições, das quais o IPEME (Instituto de Promoção de Pequenas e Médias Empresas, e a ACIS (Associação de Comércio, Indústria e Serviços), com o objectivo principal de aumentar o acesso ao crédito às PME's. Para mais, em Agosto de 2013, o Moza Banco foi indicado como o banco depositário para a concessão de crédito às PME's com fundos disponibilizados pelo Governo Italiano ao Governo de Moçambique, ao abrigo do Programa de Relançamento do Sector Privado (PRSP). No ano em curso, celebramos também um acordo financeiro com o Banco Europeu de Investimento para a abertura de uma linha de financiamento às PME's a operar no país. Celebramos ainda acordos com o IPEME (Instituto de Promoção de Pequenas e Mé-

Anunciamos para este ano, a disponibilização de cerca de 30 milhões de dólares para financiar os projectos das pequenas e médias empresas moçambicanas.

dias Empresas) e a ACIS (Associação de Comércio, Indústria e Serviços) com o objectivo comum de promoção das pequenas e médias empresas nacionais.

Neste momento qual tem sido o sector de actividade que mais tem sido apoiado pelo Banco?

Temos orgulho de afirmar que tem estado a apoiar um universo diversificado de sectores de actividade económica evidenciado pelo crescimento acelerado na concessão

de crédito a estes sectores que têm sido também os pilares do célere crescimento económico no país. De notar que somos dos poucos bancos que apoiam a agricultura e os projectos agro-industriais.

Destaque: Temos orgulho de afirmar que tem estado a apoiar um universo diversificado de sectores de actividade económica evidenciado pelo crescimento acelerado na concessão de crédito a estes sectores

Qual foi o montante concedido no ano passado às PME?

Temos aumentado significativamente o volume de crédito concedido aos seus clientes - particulares e empresas - com a vista a responder cabalmente a suas necessidades, o que por vezes requer financiamento. Para elucidar, no final de 2013, o volume global da carteira de crédito colocou o Banco na quarta posição no "ranking" do sector financeiro nacional. Especificamente às PME, o crédito concedido pelo é substancial, seja por desembolso directo ou emissão de garantias bancárias, e cresceu acima de 100% no decurso do ano transacto. E continuamos a incrementar consideravelmente o montante disponibilizado para o financiamento às PME. Anunciamos

para este ano, a disponibilização de cerca de 30 milhões de dólares para financiar os projectos das pequenas e médias empresas moçambicanas.

Destaque: Anunciamos para este ano, a disponibilização de cerca de 30 milhões de dólares para financiar os projectos das pequenas e médias empresas moçambicanas.

Mas o banco está interessado nos mega-projectos?

Somos uma instituição universal e, por conseguinte, está também a posicionar-se para apoiar com soluções financeiras de serviços e produtos os mega-projectos e os agentes económicos nas respectivas cadeias de valores. Note-se que, os mega-projectos estão maioritariamente a instalar-se em zonas rurais e periféricas do país, o que suscita a presença dos nossos serviços financeiros também para as comunidades locais e respectivos pequenos e médios negócios. Estamos focados em facilitar o interface entre os grandes projectos actualmente em exploração e em desenvolvimento e as PME's como forma de contribuir activamente para o desenvolvimento socioeconómico inclusivo e sustentável.

Uso eficiente de energia eléctrica melhora a sua qualidade

A Electricidade de Moçambique – Empresa Pública (EDM) tem sido confrontada com a necessidade de encontrar soluções para as elevadas taxas de crescimento dos consumos de electricidade no país e que estão a ditar o actual cenário de défice de energia e de sobrecarga das linhas de transporte e de distribuição de energia. Como resultado desta situação, a EDM é forçada a importar energia mais cara para cobrir o défice, o que, entretanto, não evita que sejam observadas algumas restrições no fornecimento de energia em determinados períodos do dia. O Director de Eficiência Energética, Erasmo Bioso, explica em entrevista como é que a EDM tem actuado com vista a inverter a actual situação.

Que medidas a EDM tem tomado para ultrapassar o problema de défice de energia?

São várias as iniciativas que têm sido equacionadas, quer do lado da oferta de energia, quer do lado da demanda. Do lado da demanda foi identificado um grande potencial de poupança da energia que actualmente é perdida devido a práticas de uso ineficiente, pelo que a EDM prioriza alguns programas de eficiência energética de menor custo de implementação e com maior impacto, nomeadamente: uso de lâmpadas de baixo consumo; tarifação horária; envolvimento dos maiores clientes na gestão da demanda; uso de contadores de energia modernos do tipo Split; e acções de educação e sensibilização.

Como estão a ser implementadas essas iniciativas?

A implementação é feita através de vários programas (v. caixa). A promoção para o uso das lâmpadas de baixo consumo é uma medida de conservação energética de capital importância dado que por esta via se optimiza o uso dos recursos energéticos e reduzem os impactos negativos no ambiente. Como parte dos programas de eficiência energética, a EDM iniciou em 2007 a substituição de candeeiros e lâmpadas de potências elevadas (acima de 100 watts) pelas de baixo consumo de 48 watts. Este programa já permitiu a substituição de 42.766 lâmpadas ineficientes nas cidades de Maputo, Matola, Beira, Nampula, Nacala e Tete resultando poupanças estimadas em 3MW. Temos também o programa de substituição de três milhões de lâmpadas incandescentes pelas de baixo consumo. No âmbito desse programa foi realizado um estudo detalhado incluindo o seu impacto, avaliação custo/benefício, tipo de lâmpadas e estratégia de implementação. O estudo concluiu que um programa alargado de distribuição de 3.000.000 de lâmpadas permitirá poupanças da ordem de 107MW a um custo estimado de 100 USD/KW, contra os 1500 a 2000 USD/KW das novas fontes de energia. Por outras palavras, pode-se afirmar que estaremos perante uma central virtual de 107MW, a um custo relativamente baixo, permitindo viabilizar vários projectos industriais que de outro modo teriam que aguardar pelas novas fontes convencionais de produção de energia que em regra levam muitos anos a construir. O estudo concluiu ainda que é conveniente que as lâmpadas

de baixo consumo previstas no programa da EDM sejam distribuídas gratuitamente aos clientes domésticos para, por um lado, permitir que os mesmos percebam as vantagens associadas ao uso de lâmpadas mais eficientes e passem a adquiri-las com meios próprios e, por outro, para que o impacto na redução da sobrecarga das redes seja imediato. De realçar que, através deste programa, os consumidores se beneficiam da redução do peso das suas facturas de energia em face da redução apreciável dos consumos.

A EDM tem alguma estimativa de quanto é que o país está a gastar por não haver uma maior eficiência energética e quanto seria possível poupar?

No que toca a EDM, o maior impacto observa-se através da importação de energia para cobrir o défice nas horas de ponta. Como é sabido, à hora de ponta a empresa vende uma parte importante da energia disponível a um preço abaixo do valor da importação. É preciso notar que a área de eficiência energética é muito vasta pois envolve os transportes, combustíveis e até as energias renováveis entre outras. Olhando para o lado da EDM foi feito um estudo que concluiu que se forem observadas medidas com portamentais

apropriadas em termos de mudança de atitude para o consumo racional da energia eléctrica, mesmo sem a componente tecnológica, pode-se poupar cerca de 5% da energia actualmente consumida nos sectores doméstico, comercial e público. Portanto, avaliando nesta vertente estaremos perante poupanças de 92.000 MWH o equivalente ao consumo anual da cidade de Quelimane.

Em termos de rede eléctrica da EDM é possível estimar quanta energia se perde?

A EDM tem registado nos últimos anos uma tendência de redução das perdas de energia em toda a cadeia, desde a aquisição

até aos consumidores finais. Em 2010 as perdas eram de 27% e em 2013 fixaram-se em 21% ou seja 903.902 MWH. O actual nível de perdas ainda não é satisfatório pelo que prosseguem diversas acções com vista a sua redução na componente das perdas não técnicas que resultam sobretudo da viciação dos sistemas de contagem e ligações clandestinas.

É possível melhorar a rede de modo a minimizar as perdas de electricidade até à casa das pessoas e empresas?

Esta é uma acção de rotina que no entanto tem sido bastante condicionada à capacidade de investimento da empresa. Como é sabido a EDM tem que assegurar o equilíbrio entre a expansão para aumentar o acesso ao mesmo tempo que deve garantir a manutenção das redes existentes.

A vandalização é outro problema que preocupa a EDM. Pode dizer quanto dinheiro é necessário gastar por ano para resolver o problema dos roubos e vandalização?

A EDM tem sido confrontada com actos de vandalização, roubo de material eléctrico e energia, com implicações negativas na qualidade do serviço prestado aos seus clientes e público em geral. Estes actos

provocam prejuízos enormes à empresa, obrigando-a a mobilizar recursos não planeados para a reposição dos materiais roubados em detrimento dos projectos de expansão da rede eléctrica e de reabilitação das redes obsoletas. Por outro lado, o relacionamento da empresa com os seus clientes tem sido prejudicado pois, em muitos casos, os roubos provocam oscilações que se reflectem na qualidade da energia fornecida resultando danos em electrodomésticos e equipamentos industriais. A EDM tem vindo a tomar várias medidas para fazer face à essa situação e desde 2012 até ao presente ano nota-se uma redução dos prejuízos, ou seja: em 2012 a

empresa gastou 105.155.826,00 de Meticais, no ano seguinte (2013) foram gastos 43.738.644,00 Meticais e no primeiro semestre desse ano gastamos 12.600.746,00 Meticais. Nos dois anos e meio, totaliza 161.495.216,00 Meticais. Este montante poderia assegurar o acesso à energia da rede nacional a mais de 46.100 famílias. No âmbito do fórum nacional de combate ao roubo e vandalização de infra-estruturas públicas, foi feito um levantamento dos meios necessários para acções conjuntas das diferentes comissões de trabalho criadas tendo-se estimado o valor anual de 20.500.000,00MT para os próximos 5 anos.

Programas de eficiência energética em curso

Projecto-Piloto de 150 mil lâmpadas de baixo consumo

A EDM tem em carteira um projecto-piloto de substituição de 150 mil lâmpadas incandescentes nas instalações dos clientes domésticos pelas de baixo consumo e será implementado nos arredores das Cidades de Maputo e Nacala. Os locais foram seleccionados com base nos estrangulamentos existentes, nomeadamente o défice de capacidade da infra-estrutura de transporte de energia e elevados custos da sua importação. O projecto não visa a troca de todas as lâmpadas das casas mas sim iniciar a redução da demanda e demonstrar aos consumidores os benefícios desta tecnologia e dessa forma estimular a procura e o uso de lâmpadas mais eficientes. Estimam-se poupanças de 2,1 e 3,8 MW respectivamente nos Bairros abrangidos das cidades de Maputo e Matola. Dados apontam que apesar do custo elevado do investimento inicial da lâmpada de baixo consumo, se tivermos em conta os baixos consumos desta opção verifica-se que a partir do quarto mês ela torna-se mais vantajosa.

Regulamentos de Eficiência Energética

Paralelamente, a EDM está envolvida na preparação de um ambiente regulatório que possa contribuir para a viabilização dos seus programas de eficiência energética. Os instrumentos regulatórios de eficiência energética vão contribuir para a sustentabilidade do programa sobretudo nos aspectos relacionados com a origem dos recursos financeiros para o seu financiamento, os incentivos para que as lâmpadas de baixo consumo sejam mais acessíveis e as garantias para que os importadores ou fabricantes observem os requisitos mínimos de qualidade estabelecidos.

Programa de gestão da demanda dos grandes clientes

Para fazer face aos problemas de limitação da capacidade das infra-estruturas de transporte e de distribuição da energia eléctrica, sobretudo nas horas de ponta, conta-se com a contribuição dos grandes clientes na gestão da carga. O programa consiste na sensibilização dos grandes clientes industriais a reduzirem as ineficiências no uso da energia bem como a gestão coordenada dos consumos nas horas de maior pressão. Actualmente, este programa envolve sobretudo os grandes clientes de Nampula e Nacala (para a região Norte) e Beira e Chimoio (para a região Centro), através de um acordo prévio estabelecido com os mesmos. Através deste programa tem sido possível manter os fornecimentos de energia sem o risco de interrupções do serviço no seu todo nas regiões acima referidas.



A SENSYS POWER – Energy & Cooling Solutions reúne, através da agregação de competências de vários parceiros tecnológicos, uma equipa qualificada, capaz de conceber, produzir e implementar soluções integradas, e equipamento específico, para Data

Center e salas de Tecnologia de Informação, destacando-se as soluções de Rack, Energia, Segurança Electrónica e Extinção Automática, Climatização Técnica, INROW e Encerramento de Salas.



SOLUÇÕES DATA CENTER



Dealer Africa
APC
Schneider Electric

Av. Karl Marx, 1735 - Maputo-Moçambique. Telef: + 258 21 318887/89. Tlm: + 258 84 3005461
Fax: + 258 21 328889. Email: geral@power.co.mz
www.sensysgroup.com / www.power.co.mz

Governo abre caminho para entrada das PME

A nova Lei do Petróleo inscreveu a possibilidade das empresas de capitais nacionais envolverem-se nos grandes projectos do sector da energia. Agora caberá ao Executivo que resultar das próximas eleições explicar como será feita essa participação.

Há muito que os empresários moçambicanos reclamavam junto do Governo oportunidades para as suas empresas no sector da energia. Em causa, argumentam os empresários, o desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas (PME), não só no sector da energia mas também noutros devido ao efeito de arrastamento que estes grandes projectos potenciam.

Sensível aos argumentos, o Governo já deu o primeiro passo ao inscrever na nova Lei do Petróleo a possibilidade das empresas de capitais nacionais envolverem-se nos grandes projectos do sector. Agora caberá ao novo Executivo que resultar das próximas eleições, agendadas para o próximo dia 15 de Outubro, explicar como é que será feita a participação das empresas moçambicanas. É que a lei apenas escreve no seu artigo 13, intitulado Promoção do Empreendedorismo Nacional que o "Governo deve criar mecanismos e definir as condições de en-

volvimento do empresariado nacional nos empreendimentos de petróleo e gás". Mas não diz como será feito esse envolvimento. Ou seja, avizinham-se debates acesos.

Salimo Abdula, Presidente do Conselho de Administração da Intelec Holding, foi peremptório quando questionado sobre este tema. "A grande oportunidade das PME para beneficiarem destes mega-projectos assenta no princípio, já em curso, de constituição de empresas de capital misto moçambicanas e empresas internacionais detentoras de know how", afirma o empresário com investimentos na área da energia.

Também Chivambo Mamadhusen, director-geral do Grupo Videre, é categórico quanto aos mecanismos necessários para um envolvimento das empresas moçambicanas. "Existem duas formas através das quais isso pode acontecer. A primeira é através de parcerias estratégicas com empresas internacionais que obedecem aos

requisitos de qualidade e segurança, e que podem trabalhar desde a fase do conceito, engenharia e construção até a fase de operações e manutenção. A segunda é através de serviços directos de segunda linha ou subcontratação, que estão normalmente envolvidos neste tipo de investimento".

Outro empresário proeminente, também numa recente entrevista a um órgão de comunicação social português, não teve dúvidas em afirmar que "o condutor da economia [moçambicana] vai ser o sector energético". Rematando que "é aí que o país é competitivo". Afirmações de Celso Correia, líder da Insitec, que gere um grupo privado com mais de 5.500 empregos e activos de mil milhões de dólares.

Mamadhusen reconhece ainda que é necessário muito mais para que as empresas moçambicanas possam crescer com estas novas oportunidades que se apresentam ao país. "Acredito que devíamos começar com

uma política de incentivos e caminhar para uma legislação de conteúdo local quando as PME estiverem preparadas a todos os níveis para oferecer essa resposta". Aliás, o empresário coloca um acento tónico na formação e no acesso ao financiamento como *handicap* do empresariado moçambicano, temas que também deverão ter apoio das políticas públicas.

Salimo Abdula também sugere outras áreas de actuação, concretamente com a introdução de benefícios fiscais na importação de bens e no desenvolvimento de serviços ligados à actividade ligadas à exploração dos projectos implementados. "Depois acho que o Estado deveria constituir-se como avalista junto dos grandes investidores na concessão de crédito para a implementação dos projectos. Por fim, mas não menos importante consiste em conceder todo o apoio para que as empresas junto às diferentes entidades oficiais moçambicanas

ultrapassem as barreiras que obstem ao natural desenvolvimento das actividades inerentes à implementação dos projectos e que estejam sob o domínio e responsabilidade daquelas", afirma o empresário.

E quando questionado sobre a responsabilidade das PME, Salimo Abdula volta a esclarecer que serão as parcerias a contribuir decisivamente para melhores PME moçambicanas. "As PME's só poderão estar aptas a responder às correspondentes exigências e solicitações se se associarem a empresas internacionais detentoras de *Know How* e de recursos humanos com reconhecida capacidade técnica e de gestão nestas áreas".

Todos os empresários estão certos de que o país está perante uma oportunidade única mas que também existem riscos. Celso Correia salientou que está a decorrer uma "transição mais delicada: a transição de um país pobre para um país próspero, decorrente da descoberta de importantes recursos naturais, como o gás natural e o carvão. É uma transição que se desenvolve com expectativas muito grandes, porque a maior parte da população ainda vive em condições difíceis, precárias, e a descoberta de recursos naturais não se reflete no dia seguinte na vida das pessoas". Ora num país em que a média etária é de 26 anos, "a gestão de expectativas é muito importante".



Salimo Abdula, Presidente do Conselho de Administração da Intelec Holding



Celso Correia, Presidente do Conselho de Administração do Grupo Insitec

“

A grande oportunidade das PME para beneficiarem destes mega-projectos assenta no princípio, já em curso, de constituição de empresas de capital misto moçambicanas e empresas internacionais detentoras de know how.

“

A transição de um país pobre para um país próspero, decorrente da descoberta de importantes recursos naturais, como o gás natural e o carvão. É uma transição que se desenvolve com expectativas muito grandes, porque a maior parte da população ainda vive em condições difíceis.

www.edp.pt

Com a nossa visão continuamos a ser Nº 1 no mundo, nos Índices de Sustentabilidade Dow Jones.



A EDP ocupa pela 2ª vez consecutiva, a liderança mundial do Grupo das Indústrias das Utilities (eletricidade, água e saneamento, e gás). Este resultado vem premiar um trabalho de equipa e é um estímulo para continuar a aposta na estratégia da sustentabilidade.

MEMBER OF
Dow Jones
Sustainability Indices
In Collaboration with RobecoSAM

FUNAE
FUNDO DE ENERGIA

17 ANOS

17 ANOS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

O Fundo de Energia (FUNAE) conta com 17 anos desde a sua criação. Neste percurso dados estatísticos indicam que o FUNAE possui mais de três milhões de beneficiários nos projectos que implementa pelo País, através de projectos de electrificação por painéis solares, grupo-geradores, postos de abastecimento de combustíveis, fornos e fogões melhorados, sistemas de bombeamento de água e iluminação pública.

Os tipos de infra-estruturas beneficiárias dos projectos de electrificação do FUNAE são os centros de saúde, escolas, estabelecimentos comerciais, postos policiais, edifícios das sedes dos postos administrativos e localidades, residências da população, dos chefes dos postos administrativos, de enfermeiros, entre outros com interesse no desenvolvimento socioeconómico das comunidades rurais.

A inovação e o crescente uso de novas tecnologias são apostas do FUNAE. Foi neste contexto que foi construída e está em funcionamento a 1ª Fábrica de Painéis Solares de Moçambique localizada em Beluluane na Província de Maputo, as três Centrais Fotovoltaicas de Mavago, Mecula e Muembe na província de Niassa, o funcionamento da Mini Hidrica de Majaua no distrito de Milange na Província da Zambézia bem como a elaboração de um Atlas de Energias de Energias Renováveis de Moçambique que permite identificar, caracterizar e localizar os recursos energéticos renováveis avaliando o seu potencial.

O Atlas de Energias Renováveis contém informações indispensáveis para o fomento da diversificação energética nos recursos solares, eólico, biomassa, geotérmico, hídrico e marítimo que permitem a promoção de soluções para electrificação rural bem como a promoção de projectos de pequena e média dimensão como oportunidades de investimento para o sector privado.

Expandir o uso de energias renováveis pelas comunidades rurais, consolidar a gestão da fábrica de painéis solares, das centrais fotovoltaicas do Niassa e das mini hidricas de produção de energia continuam a ser os maiores desafios para o FUNAE, incluindo a participação do sector privado no sector das energias renováveis.

“Novos projectos vão permitir chegar junto de 5,6 milhões de beneficiários”

O Fundo de Energia, desde que foi criado em 1997, já desenvolveu 877 projectos que permitiram chegar junto de quatro milhões de moçambicanos e que obrigou a um investimento superior a 45 milhões de dólares. Mas Miquelina Menezes, responsável máxima pelo Fundo, quer mais e com os novos projectos o número vai ultrapassar os 5,6 milhões de beneficiários.

Que balanço faz da actividade da FUNAE nos últimos anos?

Faço um balanço positivo dado que conseguimos concluir as metas estabelecidas para o sector durante a última década. No período 2005 a 2009, acumulamos experiência no que concerne à implementação de diversos projectos de sistemas fotovoltaicos, grupos geradores e extensão de rede, aerobombas, biomassa, mini-hídricas, distribuição de combustíveis e usos produtivos de energia. Depois, nos últimos cinco anos, fomos capazes de criar as condições internas ao nível do ‘know-how’ capazes de responder aos actuais desafios. Repare que crescemos ao nível dos projectos concluídos mas também em termos de delegações e representações pelo país. Entendemos que a descentralização e a sua presença nas diversas províncias permitiriam promover o contacto mais efectivo com os beneficiários dos nossos projectos. Durante o mesmo período desenvolvemos várias actividades de suporte a actividade principal, como forma de aumentar o número de projectos implementados e o número de beneficiários com acesso aos serviços de energia. Das actividades desenvolvidas constam como as mais importantes as parcerias com o sector privado, definição de modelos de gestão dos sistemas instalados pelo FUNAE, implementação de um sistema de gestão de qualidade, elaboração de projectos de electrificação rural de baixo custo e implementação de um sistema informático integrado.

Distinguir dois períodos. Porquê?

Verificou-se a partir de 2005, um crescimento no desenvolvimento dos projectos devido à criação do Ministério da Energia em 2005 dinamizando deste modo o sector de energia. Outro factor que contribuiu para o crescimento do número de projectos foi a acumulação de experiência adquirida e na implementação de projectos de energia, maior disponibilidade de recursos financeiros de doadores e do Orçamento do Estado. Acresce que a partir de 2008, iniciamos também a implementação do programa Incentivo Geográfico. Uma iniciativa que prevê a expansão dos Postos de Abastecimento de Combustíveis nas zonas rurais. O programa tem como objectivo garantir que cada distrito do País esteja dotado de bombas de combustíveis que garantam o pleno abastecimento de gasolina, gasóleo e petróleo para iluminação. Até a data foram construídos 48 Postos de Abastecimento que na maioria são electrificados por painéis solares no seu funcionamento como medida de incentivo ao uso de energias renováveis.



Miquelina Menezes, Presidente do Conselho de Administração do FUNAE - Fundo de Energia

Tendo em atenção a actividade do Fundo que acabou de descrever qual o montante de investimentos, número de postos-de-trabalho criados e ainda número de famílias abrangidas pelos projectos?

Temos 877 projectos concluídos que permitiram alcançar cerca de quatro milhões de beneficiários nas categorias de Sistemas Fotovoltaicos (SPV), Grupos Geradores e Extensão de Rede Eléctrica (GG), Construção de Postos de Abastecimento de Combustíveis (PAC’s), Biomassa (Fogões e Fornos Melhorados), Aerobombas e Petróleo de Iluminação. Dada a conjuntura, algumas das categorias de projectos já não são implementadas por nós como é o caso de Distribuição de Petróleo de Iluminação e Instalação de Grupos Geradores. Quanto a investimento, ele ascende aos 45 milhões de dólares durante os anos de 2000 a 2013. Este valor inclui os investimentos para a construção da fábrica de painéis solares, construção das centrais fotovoltaicas de Muembe, Mecula e Mavago e ainda a mini-hídrica de Majaua na Província da Zambézia.

Em neste momento, quais os projectos que estão prestes a arrancar?

Neste momento, pretendemos intensificar a electrificação por sistemas fotovoltaicos de vilas, escolas e centros de saúde mas estamos a ultimar a construção de quatro mini-hídricas, concretamente a de Rotanda, Majaua, Sembezia e ainda a de Muhoa nas províncias de Manica e Zambézia. Quanto aos postos de abastecimento de combustível temos

projectos nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia, Tete, Manica e ainda em Sofala, Inhambane e Maputo. Com a conclusão destes projectos, esperamos abranger cerca de 1.6 milhão de novos beneficiários o que vai permitir chegarmos a mais de 5,6 milhões de beneficiários.

Qual é a estratégia em relação aos vários projectos relativamente à gestão dos mesmos. Ou seja, a estratégia é que sejam os privados a gerir, como é o caso dos postos de combustíveis ou a FUNAE?

A estratégia definida é que os Postos de Abastecimento devem ser geridos por privados à luz de uma manifestação de interesse. Habitualmente publicamos nos jornais anúncios para que particulares como empresas, preferencialmente residentes nas zonas onde são construídos os Postos sejam promotores deste negócio. Para o caso dos sistemas fotovoltaicos, entendemos que a gestão deve ser feita através de comissões, num modelo de gestão entre a comunidade local onde, estes têm a obrigação de garantir o funcionamento pleno do sistema e a respectiva cobrança das receitas. A nós cabe o acompanhamento do funcionamento junto das designadas Comissões de Gestão. Por fim, mas não menos importante, temos desenvolvido esforços no sentido de promover o sector privado na maior parte das iniciativas porque a nossa missão é promover o acesso das populações à energia. A ideia é que o sector privado entenda que deve cons-

tituir-se como actor principal e de forma efectiva no sector das energias renováveis.

Foi dinamizada a rede de consultores de energia. Que balanço faz desta iniciativa? Vai ser revista a acreditação?

A rede de consultores foi um instrumento valioso para o FUNAE com vista a aproximar o Fundo dos especialistas do sector privado, concretamente os ligados às energias renováveis. Os consultores são uma referência e através deles foi estabelecido uma ligação muito forte na implementação dos vários projectos. Nos últimos anos, esta plataforma foi perdendo o impacto resultante do estabelecimento do diploma legal que rege as contratações do Estado, obrigando as empresas a participarem em concurso público para os projectos do FUNAE. O nosso interesse é reactivar esta parceria com o sector privado, permitindo que mais consultores estejam integrados nos projectos de energia renovável.

Na que novos instrumentos poderiam permitir reforçar a capacidade de acção da FUNAE?

Os instrumentos que podem viabilizar a capacidade do FUNAE é a dotação de mais fundos para os projectos de energia renovável. Depois a aprovação da legislação “Feed in Tariff” que privilegie a produção descentralizada para que beneficiários em zonas mais remotas tenham acesso a energia, a adopção e consolidação dos modelos de gestão dos sistemas instalados pelo Fundo. Teremos ainda que apostar na formação dos membros que integram as Comissões de Gestão durante a fase de implementação dos projectos já que este modelo permite a sustentabilidade dos mesmos. Intensificar a promoção da abordagem participativa no processo de identificação até à implementação dos projectos nas províncias. Reforçar a participação do sector privado na cadeia de valor dos projectos de electrificação rural, permitirá maior redução do investimento público e uma maior cobertura e assistência técnica aos beneficiários, bem como a sua sustentabilidade na provisão de energia eléctrica. Acções que necessitam sempre de um contínuo envolvimento e comprometimento das autoridades provinciais, distritais e locais durante o ciclo completo dos projectos. Uma outra área prende-se com a fiscalização que é um aspecto de extrema importância para garantir que os serviços e trabalhos contratados pelo FUNAE são de qualidade requerida e que cumprem com todas as especificidades técnicas requeridas.

UM PROJECTO:
SOICIFIDE

PAREDES DUPLAS COM ISOLAMENTO TÉRMICO



Menor utilização de ar condicionado

A factura mensal de electricidade agradece



ACRAYA
RESIDENCE

Visite o Stand de Vendas na Av. Ahmed Sekou Touré, 86

www.acraya.com

FUNAE lança mais três centrais fotovoltaicas no Niassa

O FUNAE já contratou a construção de três novas centrais fotovoltaicas para Mavago, Mecula e Muembe no Niassa. O projecto avaliado em 32 milhões de dólares conta com o financiamento do Governo da Coreia do Sul e a construção estará a cargo da empresa Hyosung Corporation. As centrais em construção em Mavago, Mecula e Muembe no Niassa têm uma capacidade de gerar energia para beneficiar cerca de 29.500 pessoas através da electrificação de 2.401 residências, 10 escolas primárias e secundárias e três centros de saúde.

A energia gerada em cada central será conduzida até às infra-estruturas abrangidas através de redes de distribuição de baixa tensão com uma autonomia de 24 horas diárias ininterruptas. O contrato de construção das centrais inclui a construção de redes de distribuição de energia de baixa tensão, treinamento de técnicos nacionais, assistência técnica e manutenção das centrais num período de 12 meses após a recepção provisória.

Massificar o uso de painéis solares

No ano passado, foi inaugurada a primeira fábrica de painéis solares e o objectivo é massificar o consumo de energia a partir desta fonte renovável. Quem o afirma é própria presidente do Funae, Miquelina Menezes: "o objectivo da fábrica é massificar o uso de painéis solares". A responsável máxima não deixa de confessar que o "sonho do FUNAE é garantir que a fábrica consiga, nos próximos anos, através da sua rede de distribuição fazer chegar as populações dos

Postos Administrativos, localidades e povoados para que maior parte da população moçambicana possa ter energia dos painéis solares da fábrica. Um projecto que obrigou a um investimento superior a 13 milhões de dólares financiados pelo Governo Indiano. A capacidade da fábrica é de 15Mwp de energia, sendo que estão em processo de fabricação painéis nas gamas de 10 Wp a 150Wp tendo gerado emprego directo a cerca de 40 trabalhadores.

Apostar nas energias renováveis

Recentemente foi divulgado o estudo intitulado Atlas das Energias Renováveis de Moçambique que tem congregado todas as zonas com potencial para a produção de energia eléctrica através de recursos renováveis (hídrico, eólico, solar, biomassa/RSU, geotérmico e marítimo). Para Miquelina Menezes, presidente do Funae "este estudo permitiu identificar com maior precisão as áreas prioritárias para o desenvolvimento de projectos de energia renovável incluindo a determinação dos custos para o seu investimento. O Atlas de Energias

vai permitir que projectos solares possam ser fortalecidos e que projectos de energia eólica, geotermia, hídrico possam ser desenvolvidos promovendo maior diversificação energética. Um documento que tem tido muita aceitação por parte dos empresários, como salientou ao afirmar que o "interesse pelo Atlas de Energias Renováveis de Moçambique tem sido crescente, temos recebido solicitações de empresas estrangeiras, consultores do sector da energia e instituições académicas que tem muito interesse no estudo".



ELECTRICIDADE DE MOÇAMBIQUE, E.P.

COMO RACIONALIZAR O USO DE ENERGIA ELÉCTRICA

CONSELHOS BÁSICOS

1. Não desperdice energia deixando ligados aparelhos eléctricos enquanto não estiverem em uso;

2. Substitua todas as lâmpadas incandescentes por lâmpadas de baixo consumo (CELs ou LEDs) e poupe energia e dinheiro;

3. Adquirir modelos de aparelhos de ar condicionado que consomem menos energia eléctrica;

4. Desligue os aparelhos de ar condicionado sempre que se ausentar por muito tempo;

5. Evite ligar o ferro eléctrico nos horários em que muitos outros aparelhos estejam ligados;

6. As portas da geleira ou do congelador não devem ficar abertas por tempo prolongado. Devem ser protegidos dos raios solares e mantidos o mais afastados possível do calor do fogão. A borracha de vedação da porta deve estar sempre em bom estado, evitando fuga de ar frio;

7. Compre equipamentos informáticos com sistemas de poupança de energia e desligue-os completamente caso preveja ausência superior a 30 minutos;

8. Lembre-se que a maioria dos electrodomésticos ligados às tomadas continuam a consumir, mesmo não estando em uso;

9. Use fichas múltiplas com interruptor ON e OFF. Deste modo a posição OFF permitirá que todos os electrodomésticos fiquem completamente desligados quando não estiverem em uso, conseguindo-se poupanças significativas de energia



Poupe energia! Poupe o seu dinheiro!



com energia construímos futuro

LOBBY



NICE TO MEET YOU.

Espaços pensados ao detalhe para receber os seus convidados.
Equipas focadas nos princípios da qualidade, serviço e hospitalidade.
Conte connosco para o sucesso do seu evento.

Spaces designed to welcome your guests.
Teams focused on the principles of quality, service and hospitality.
Count on us for the success of your event.

Foto/Photo: Lagoas Park Hotel, Portugal

★★★★★
AVENIDA
MAPUTO

★★★
TIVOLI
MAPUTO

★★★
TIVOLI
BEIRA

TD[®]
HOTELS

tdhotels.com
(+258) 214 84448